



ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 153/2021, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021

ANEXO XVIII

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS TERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE

RECOMENDAÇÕES/DETERMINAÇÕES	SITUAÇÃO	AÇÕES	JUSTIFICATIVAS
Processo TCE-PE nº 18100074-0 - Prestação de Contas de Prefeito – Condado – Exercício 2017			
Revisar o plano de amortização vigente em lei conforme proposições das avaliações atuariais, de modo a preservar os equilíbrios financeiro e atuarial do regime	IMPLANTAÇÃO CONTÍNUA A CADA ANO.	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS DE AVALIAÇÃO ATUARIAL	Nada a Registrar
Adotar medidas para o restabelecimento dos pagamentos dos termos de parcelamento junto ao RPPS.	Recolhimento em dia dos parcelamentos vigentes	<p>Elaboração de Termos de Parcelamento e pagamento de parcelas em dia: Assim como tem recolhido em dia e de forma integral, todas as contribuições previdenciárias correntes, devidas, à medida do possível, diga-se, diante das dificuldades financeiras em função da limitação de receitas para o atendimento das demandas cotidianas do município, essa gestão tem buscado regularizar os créditos do RPPS/FUNPRECON junto à Prefeitura de Condado, relativos a outros exercícios. Como prova disto, já no exercício de 2017, no 1º ano de governo, firmou o parcelamento nº 01922/2117, importou em R\$ R\$ 1.297.937,48, regularizando débitos pendentes dos exercícios de 2013 e 2015. Seguidamente, em 2019, firmou outro termo de parcelamento, o de número 0360/2019, no montante de R\$ 4.399.779,17, regularizando pendências de contribuições dos anos de 2003 a 2012, antes compunham o rol de débitos do termo de parcelamento nº 0557/2014.</p> <p>E, dando continuidade às ações de regularização de débitos previdenciário junto ao RPPS, em 2020, essa administração</p>	Nada a Registrar





ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 153/2021, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021

		voltou a elaborar mais um termo de parcelamento, de nº 0395/2020, no montante de R\$ 683.414,33, envolve diferenças de contribuições a recolher dos anos de 2013 a 2015.	
Recusar o recebimento de avaliações atuariais elaboradas com informações inverídicas a respeito da existência de plano de amortização de Déficit previdenciário, determinando ao atuário contratado a imediata revisão do resultado apresentado nos cálculos atuariais	Não aceitação de avaliações inverídicas	Contratação de Atuário com a devida para competência	Nada a Registrar
<i>Processo TCE-PE nº 19100194-6 - Prestação de Contas de Prefeito CONDADO – Exercício 2018</i>	Nada a Registrar	Nada a Registrar	Nada a Registrar
Processo nº 20100358-2 - Contas de Prefeito 2019 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO	[ID.12] RPPS em desequilíbrio financeiro, haja vista o resultado previdenciário negativo de R\$ 1.143.882,27, valor que representa a necessidade de financiamento do regime para pagar os benefícios	Todas as contribuições previdenciárias devidas junto ao RPPS/FUNPRECON, do exercício de 2019, foram integralmente recolhidas.	Vale citar, todos os débitos de contribuições previdenciárias pendentes de recolhimento junto ao RPPS/FUNRECON, não foram gerados por essa administração, por sua vez, iniciada em janeiro de 2017, mas sim, tratam-se de compromissos vindos de outras gestões.





ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 153/2021, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021

	previdenciários do exercício		
Processo nº 20100358-2 - Contas de Prefeito 2019 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO	[ID.13] RPPS em desequilíbrio atuarial, haja vista o déficit atuarial de R\$ 150.147.098,27	<p>Quanto às medidas Tomadas para a Redução do Déficit Atuarial:</p> <p>No intuito de reduzir o déficit atuarial, à medida do possível, além de recolher integral e em dia todas as obrigações previdenciárias correntes junto ao RPPS, a Gestão vem cumprindo a Lei municipal nº 1.000, de 23 de novembro de 2015, a qual determina alteração da alíquota de contribuição patronal suplementar, a ser recolhida pelos entes municipais ao RPPS a cada ano. A referida Lei n 1000, dispõe sobre a aplicação de alíquota suplementar, que tem acréscimo gradativo anual de 2,76%, onde pela regra, a alíquota passou 11,54% em 2018 para 14,30% em 2019, inerente a folha de pessoal efetivo.</p> <p>Em 2017, o Poder Executivo sancionou a Lei Municipal nº 1.027 de 20 de março de 2017, pela qual foi ajustada a alíquota da contribuição do servidor, que passou de 11% para 12,5%. Sem dúvida, procedimento este, contribui para o equilíbrio atuarial.</p> <p>Quanto aos esforços movidos para o recolhimento ao RPPS de contribuições decorrentes de parcelamento de débitos previdenciários:</p>	<p>O déficit Atuarial do FUNPRECON, sua vez, não foram gerados por essa administração, iniciada em janeiro de 2017, por sim por gestões anteriores. Visto que, na Administração atual, todas as contribuições previdenciárias correntes e as originárias de parcelamentos, são recolhidas na integra e no prazo.</p>





ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 153/2021, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021

		<p>Assim como tem recolhido em dia e de forma integral, todas as contribuições previdenciárias correntes, devidas, à medida do possível, diga-se, diante das dificuldades financeiras em função da limitação de receitas para o atendimento das demandas cotidianas do município, essa gestão tem buscado regularizar os créditos do RPPS/FUNPRECON junto à Prefeitura de Condado, relativos a outros exercícios. Como prova disto, já no exercício de 2017, no 1º ano de governo, firmou o parcelamento nº 01922/2117, importou em R\$ R\$ 1.297.937,48, regularizando débitos pendentes dos exercícios de 2013 e 2015. Seguidamente, em 2019, firmou outro termo de parcelamento, o de número 0360/2019, no montante de R\$ 4.399.779,17, regularizando pendências de contribuições dos anos de 2003 a 2012, antes compunham o rol de débitos do termo de parcelamento nº 0557/2014.</p> <p>E, dando continuidade às ações de regularização de débitos previdenciário junto ao RPPS, em 2020, essa administração voltou a elaborar mais um termo de parcelamento, de nº 0395/2020, no montante de R\$ 683.414,33,</p>	
--	--	---	--





ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 153/2021, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021

		envolve diferenças de contribuições a recolher dos anos de 2013 a 2015.	
--	--	---	--



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA DAS DORES DE ANDRADE
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 16ef3a57-9b85-494e-9c17-a064f76ec48c